

AS MULHERES E OS LIVROS: VIDAS QUE SE CONTAM...

Mary Del Priore

Da cultura do impresso, um conhecido historiador¹²⁶ deu duas definições. A primeira, clássica, apoia-se nas transformações profundas provocadas em todos os domínios da vida pública ou privada, em todos os recônditos da existência material ou espiritual pela descoberta e, posteriormente, o emprego de múltiplas e novas técnicas de reprodução de textos. Essas, evidentemente, permitiram uma circulação do escrito em escala inédita porque, ao mesmo tempo em que abaixavam o custo de fabricação do livro, multiplicando-o em mil exemplares da tiragem que substituíra uma mesma e única cópia, tais técnicas abreviaram o prazo de sua produção, pois antes, os livros eram copiados à mão. Desde Gutemberg, culturas inteiras das sociedades ocidentais podem ser consideradas como culturas do impresso pois que os produtos das imprensas e das composições tipográficas não eram mais reservados, como na China ou na Coréia aos usos da administração real mas penetraram todas as escalas da pirâmide social. A segunda, diz respeito ao conjunto de gestos produzidos pela produção da escrita; a passagem da leitura oral, para a leitura silenciosa é um deles. Gesto, diga-se, que permitiu ao leitor mergulhar na intimidade radical que é a leitura, tornando-a silenciosa e visual.

A pergunta com que podemos começar a rastrear a presença das mulheres entre os livros é: onde estavam elas, entre o fim da Idade Média e o século XVIII, momento em que o ocidente cristão começa a tentar domesticar o multiplicado número de textos que o livro manuscrito colocou em circulação, colocando, igualmente em ordem o mundo do escrito? Fizeram parte do profundo e por vezes dolorido trabalho de inquietação que significou assinar um texto, uma poesia, uma obra? Quando, graças às viagens ultramarinas, dilatou-se o espaço europeu incentivando trocas comerciais e culturais, livros e outros impressos não viajam, eles também? E o que eles nos contaram sobre mulheres desta e de outras épocas? Como ajudaram a colonizar nossa terra, pelo escrito

126 - Ver seu prefácio, "La culture de l'imprimé" in Les usages de l'imprimé, Paris, l'ayard, 1987.

e a palavra? Houve leitoras, no Brasil? Quem foram nossas escritoras? O acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro permite a qualquer leitor ou pesquisador responder essas e outras perguntas sobre as relações entre as mulheres e o livro. Mas comecemos do começo.

Novo Mundo, velhas imagens sobre a mulher

Num livro intitulado *A mulher na expansão ibérica portuguesa*¹²⁷, o renomado historiador inglês Charles Boxer, narra as peripécias daquelas que partiram acompanhando seus maridos, capitães das praças conquistadas aos mouros no norte da África Ocidental ou das que vieram como degredadas, raparigas solteiras ou prostitutas para as Américas. De mulheres leitoras ou alfabetizadas pouco fala, se não para referir-se a certo caso paradigmático: a famosa mexicana do período colonial, Soro Juana Inês de la Cruz, considerada a “mais importante figura literária da América Colonial Hispânica”. Criança precoce, de curiosidade insaciável, Juana entrou para um convento em 1667, tomando o véu dois anos depois, com a idade de dezoito anos. Intelectualmente, informamos Boxer, era superior ao meio em que se movia, dentro ou fora de sua cela, copiosamente fornida com uma biblioteca de 4000 volumes. Além de escrever obras poéticas, tinha excelentes noções de línguas, filosofia, teologia, astronomia e pintura, tornando-se conhecida como “a Décima Musa”. Com a idade de quatorze anos confrontou-se com os quarenta homens mais eruditos da cidade do México, surpreendendo-os. Não obstante ser muito admirada, Juana ressentia-se da própria inaptidão em levar os homens a apreciarem melhor a riqueza intelectual das mulheres em geral, “essas – que segundo ela – eram pobres almas consideradas tão ineptas”. Numa ode datada de 1683, dedicada a outra “literata”, a madrilenha Duquesa de Aveiro, Soror Juana glorifica a amiga por provar que a inteligência nada tinha a ver com o sexo (“...que probáis que no es el sexo de la inteligencia parte”). Em outros conventos, na América espanhola, encontramos muitas outras mulheres afeitas aos livros e às letras. Mas e na América portuguesa?

127 - Lisboa, Livros Horizonte, 1977, p.49 e passim.

Entre nós, sempre foram poucos e dispersos os livros, como sugerem os primeiros testemunhos deixados pelo século XVI. Informa-nos Luís Carlos Vilalta¹²⁸ que o número de proprietários de livros era extremamente pequeno e que dentre os parques exemplares que possuíam, a maioria eram referentes à religião como é o caso do *Flos Sanctorum*, do *Floro Cristiano* ou de *Imagens da Vida Cristã*, de Heitor Pinto, obras cuja finalidade básica era narrar a vida dos santos, vidas consideradas um exemplo a ser seguido pelos fiéis e, sobretudo, pelas devotas da Igreja católica. Quanto à literatura, nesses primeiros cem anos de colonização um romance fazia sucesso entre as mulheres leitoras que eram, como os livros, raríssimas. Trata-se de *Diana*, romance pastoril de autoria do poeta Jorge de Montemor, escrito em 1559 e logo incluído no rol dos livros proibidos pela Inquisição. Conta-nos Ronaldo Vainfas, que considerado livro desonesto pelos censores do Santo Ofício, *Diana* narrava os amores de duas moças, sugerindo uma sensibilidade homossexual ao mesmo tempo intensa e cândida. Não a toa, foi uma das razões da perseguição do temido tribunal à esposa do contador da fazenda d'el Rei na Bahia, Paula de Siqueira. Essa, além de infamada de praticar os amores sugeridos em *Diana*, gabava-se: “que tinha muito gosto de lê-lo”, e por sua vontade o lia sempre, “não fosse por sabê-lo quase todo de cor”¹²⁹. *Diana* era livro obrigatório nas livrarias de senhores de engenho do Nordeste, que junto com cartas de jogar ajudavam a passar o tempo, ao som do ranger dolente do moinho do engenho.¹³⁰

Analisando inventários e testamentos referentes à Mariana, MG, no século XVIII, Vilalta descobriu que dentre os proprietários de bibliotecas nos quais sobressaíam-se clérigos, militares, advogados, cirurgiões e mercadores, as mulheres representavam 10,22%¹³¹. É bom lembrar que o baixo índice de mulheres possuidoras de livros e afeitas à leitura encontra explicação na resistência que a educação feminina encontrava nesses tempos. Enquanto no restante da Europa, escolas públicas e paroquiais assim como conventos femininos começavam a formar leitoras, oferecendo às meninas um curriculum onde elas apren-

128 - “Os leitores e os usos dos livros na América portuguesa”, in *Leitura, História e História da Leitura*, org. Márcia Abreu, São Paulo, Campinas, ALA, Fapesp, Mercado das Letras, 2000, pp.183-212, p. 186.

129 - Cf. *Tópico dos Pecados Morais, Sexualidade e Inquisição*, Rio de Janeiro, Campus, 1989, p.179.

130 - Gilberto Freyre, *Nordeste - aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, Recife, Fundarpe, 1985, p.167.

131 - Cf. *op.cit.*, p.192.

dessem, nem que minimamente, os rudimentos da escrita e da leitura entre “outras habilidades do gênero”¹³², em Portugal, de onde vinham todas as influências que sofríamos, a instrução feminina era assunto menor. Escrito em 1532, a obra *A instrução de uma mulher cristã*, de Juan Luís Vives, por exemplo, obra de grande repercussão entre adeptos do renascimento na Península Ibérica, apesar de defender a educação de meninas, negava-lhes o direito de serem mestras. Mulheres, admoestava o autor, não deviam ensinar porque frágeis, tagarelas e indiscretas. O conhecimento adquirido no contato com livros devia ser coisa guardada para si e não exibido em conversas com homens: “quero que aprenda para saber, não para mostrar aos outros que sabe”, martelava. Enfim, humanistas como Vives, pareciam estar mais interessados na formação da mulher cristã do que em sua educação. A historiadora Leila Algranti¹³³ confirma que mesmo nos séculos XVII e XVIII, as poucas obras manuseadas por mulheres, mais tinham a ver com sua educação espiritual e moral do que com sua vida prática.

Em Portugal da primeira metade do século XVIII, diz a mesma autora, o ambiente era muito desfavorável à educação de meninas não havendo colégios nem para as filhas de nobres¹³⁴. A primeira escola de meninas surge em 1782, no convento da Visitação. O preconceito contra as mulheres instruídas era bastante arraigado e as “sabichonas”, ridicularizadas. Um autor do período, o cavaleiro de Oliveira, conta que o poeta e ensaísta d. Francisco Manuel de Mello fora chamado ao convento de Odivelas por uma religiosa que não se conformava com o juízo que este fazia sobre as mulheres. A freira depois de exaustivamente demonstrar no locutório parte de seus conhecimentos perguntou-lhe: “Julga-me capaz apenas, senhor d. Francisco, de arrumar bem um baú de roupas?”. Resposta do irônico entrevistado: “Minha senhora, julgo-a em condições de poder arrumar até dois baús!”. Homens letrados como o Cavaleiro de Oliveira ou d. Francisco Manuel de Melo seguiam acreditando que o melhor livro para uma mulher era o bastidor e a agulha. “*Raparigas há que se engendram em figuras de sábias quando deviam, apenas, tratar de ser sisudas. Creio que pouco têm a ganhar com a pretensão. Lá diz o ditado: ‘De mula que faz him!’ e de mulher que sabe latim/ livra-te Deus e a mim.*”, explicava o primeiro.

132 - Cf. Martine Sonnet, *L'Éducation des filles au temps des Lumières*, Paris, Cerf, 1987, p.27.

133 - Cf. *Honradas e devotas: mulheres na colônia – condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822*, Brasília, Rio de Janeiro, EDUNB/José Olympio1993, p.241. e passim.

134 - Idem, p.242.

Quando se pensa em Ilustração portuguesa e reformas pombalinas do ensino, explica Algranti, dois nomes ganham destaque: Luís Verney (1713-92) e Antônio Nunes Ribeiro Sanches (1699-1782). O primeiro, ao publicar *O verdadeiro método de estudar* (1746), marcava o início do movimento das Luzes em Portugal. No final dessa obra considerada, na época, tão polêmica, o autor apresenta um modesto apêndice sobre a “Instrução das Mulheres”. O segundo, com seu *Tratado para educação da mocidade*, para servir de guia nas reformas propostas pelo marquês de Pombal, dedicou às meninas um brevíssimo espaço, justificando-se: a custo incluíra o assunto pois, afinal, elas teriam que educar seus filhos, irmãos e maridos. Apenas. Embora não tenham esquecido da educação feminina, ambos os autores trazem poucas contribuições no sentido de valorizar o papel da leitura ou da escrita entre as mulheres. Oferecendo-lhes um *currículum* que, se comparado ao dos rapazes, é bem reduzido, preocupam-se mais em adverti-las de que deviam ter um mínimo de educação para conversar com os maridos. A razão? Eles não precisariam mais buscar divertimentos fora¹³⁵. O tema, contudo, não passava despercebido. Teresa Margarida da Silva Orta, uma brasileira que foi morar em Portugal aos cinco anos e autora de *Aventuras de Diófnanes* (1777), prevenia o leitor no prólogo de seu livro: “Lembra-te que é de mulher, que nas tristes sombras da ignorância suspira...”.

Somente nos finais do século XVIII é que a educação feminina começa a merecer um olhar mais favorável, olhar que é marcado pela importância da sociabilidade entre os sexos. Mulheres iniciam-se, então, nas línguas vivas, ao invés do latim, na literatura, na conversação social e leitura de obras dedicadas às boas maneiras e a etiqueta. Eram novos tempos, e a mulher educada se tornava moda na metrópole¹³⁶.

Na Colônia, ecos desse esforço chegavam com atraso. Quando da elaboração, em 1798, dos estatutos do Recolhimento de Nossa Senhora da Glória, para freiras e meninas de família, em Recife, o bispo Azeredo Coutinho continuava afirmando que apenas as mulheres destinadas à vida religiosa deviam aprender latim e música; “pois as que iriam viver para o marido, os filhos e o governo da casa se limitavam a aprender a ler, escrever e contar, coser e bordar¹³⁷”.

135 - Cf. Algranti, op.cit.p.243.

136 - Ver sobre o assunto Maria Antônia Lopes, *Mulheres, espaço e sociabilidade – a transformação dos papéis femininos em Portugal à luz de fontes literárias (Segunda metade do século XVIII)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989, p.98.

137 - BNRJ, *Parecer sobre a petição da Regente do Recolhimento de Nossa Senhora da Glória que quer licença para transformar*

“Ler e escrever”: a recomendação do zeloso prelado não era, todavia, novidade. Embora o ensino das primeiras letras fosse oficialmente voltado para as populações masculinas¹³⁸, mães imitavam as imagens de Sant’Ana, Bíblia entre as mãos, e ensinavam às suas meninas, os rudimentos da leitura. Há dezenas de testamentos do século XVII nos quais as mulheres pediam aos seus testadores e curadores de bens que ensinassem bons costumes, as primeiras orações e as primeiras letras às suas filhas¹³⁹. Tudo indica que sem possuir bibliotecas, ou sem ter o hábito de importar livros da metrópole, nossas avós do passado fossem capazes de ler livros sacros, vidas de santos ou de fazer contas que lhes permitissem organizar a vida doméstica¹⁴⁰. A Senhora Sant’Ana, livro aberto entre os dedos, ensinando a ler à pequena e curiosa Maria, não era considerada a protetora dos lares? Suas imagens em tamanho pequeno ou grande, enfeitava e inspirava oratórios domésticos ou altares, de Minas Gerais a Pernambuco. Em muitas delas, a representação faz crer que mãe e filha lêem juntas em voz alta, ou que a Virgem repete e gesticula para sua atenta mestra¹⁴¹. Mais. Se, como comprovou Rubens Borba de Moraes¹⁴², as poucas bibliotecas particulares existentes na América portuguesa possuíam obras como as *Novelas exemplares* de Cervantes, o *Fransantonio*, de Viluegas, ou a *Historia y vida del tacaño llamado Buscón*, romance burlesco publicado em 1626, além de cartilhas pastoris, segredos da natureza e outros, é bem provável que uma jovem mais curiosa e sabedora dos rudimentos da leitura, tenha manuseado ou devorado tais volumes.

Em todas as culturas é preciso tirar a matéria dos sonhos de algum lugar. E se essa matéria não nascia da leitura de livros impressos, ela pode perfeitamente ter saído de folhetos de cordel – os chamados *pliegos sueltos* – importados às toneladas da Península Ibérica. Histórias apaixonantes como a da *Princesa Magalona*, romance de fidelidade e amor

o referido recolhimento em mosteiro.

138 - Cf. *Luzeiros e sombras sobre a Colônia – Educação e casamento na São Paulo do século XVIII*, Rosana Andréa Gonçalves et alie, São Paulo, Humanitas, vol.3, 1998.

139 - Ver o meu *Ao sul do corpo, condição feminina, maternidades e mentalidades na Colônia*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1993, especialmente o capítulo I, pp.43 e passim.

140 - O aprendizado das contas domésticas era de fundamental importância. Ver sobre o assunto Maria Beatriz Nizza da Silva, Sistema de casamento no Brasil colonial, São Paulo, T.A. Queirós,

141 - Cf. Eliane Marta Teixeira Lopes, “Nostalgia e aspiração pelo livro – Santana Mestra na Colônia”, in *Revista Horizontes, Dossiê: memória social da leitura*, vol.15, 1997, Bragança Paulista, Universidade São Francisco, 1997, pp.281-290.

142 - Cf. *Libros e bibliotecas no Brasil colonial*, São Paulo, Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979, pp.24-5.

inabalável, recheado de cenas de torneios, viagens, saudades, prisão, cativeiro, caridade e final apoteótico, faziam sonhar as mulheres do séculos XVI e XVII. A *Imperatriz Porcina*, por exemplo, era o elogio da casta, fiel e sofredora esposa, tudo enfrentando para tornar-se digna do nome ilustre de “mulher casada”. Tais novelas em verso, segundo Luís da Câmara Cascudo¹⁴³ eram contadas por mulheres nos serões noturnos, nos quais fiavam ou costuravam, para enganar o tempo. O isolamento da vida familiar, as raríssimas saídas noturnas alimentavam o hábito de ler à luz da candeia enquanto se trabalhava nas obras manuais ou se aguardava o sono chegar: “e uma mulher da casa, já velha, que vira e ouvira muitas cousas, por mais anciã, dizia sempre que a ela pertencia aquel ofício”.

Que outras mulheres liam? As freiras, certamente. Madre Jacinta de São José, fundadora do convento de Santa Teresa, no Rio de Janeiro, na segunda metade do século XVIII, gostava de obras místicas, livros sobre a vida exemplar dos santos, coleções de orações, ladainhas e novenários. Seguiu, portanto, a risca as advertências de Santa Teresa presentes nas Constituições do Carmelo: “Cuide a priora para que haja bons livros [...] porque é tão importante para o sustento da alma como o comer para o corpo”.¹⁴⁴ No Recolhimento da Divina Providência, em São Paulo, à mesma época, as freirinhas e as mulheres aí recolhidas percorriam as páginas do *Tesouro dos cristãos, Exercícios de Piedade, Diretório de oração mental, Instrução cristã* além das obras da já mencionada mexicana, soror Juana Ines de La Cruz.¹⁴⁵ O mais impressionante todavia, foi que dos conventos coloniais brotou a primeira obra escrita por uma africana. Fundadora do Recolhimento de Nossa Senhora do Parto na capital, Rosa Egipcíaca da Vera Cruz, ex-escrava procedente da Costa da Mina e ex-prostituta reuniu centenas de páginas manuscritas de um edificante livro: *Sagrada Teologia do Amor de Deus, Luz Brilhante das Almas Peregrinas*, lastimavelmente queimado às vésperas de sua detenção pelo Santo Ofício da Inquisição. A pioneira escritora negra desapareceu, em 1761, nos cárceres da temida instituição¹⁴⁶. Duas autoras coloniais, merecem destaque: Angela do Amaral Lisboa, (1725-1753) cega de nascimento, considerada a primeira brasileira a ter seus trabalhos impressos.

143 - Cf. *Cinco Livros do Povo – Introdução à novelística no Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1953, p.25.

144 - Ver Leila Mezan Algranti, “Literatura religiosa e a biblioteca de uma mística brasileira no século XVIII”, in *Revista Ciências Históricas*, vol.XIII, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 1998, pp.179-193.

145 - Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, Livro do Recolhimento de Santa Teresa, não codificado.

146 - Cf. Luís Mott, *Rosa Egipcíaca – Uma santa africana no Brasil*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1993.

Protegida do governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire, teve seus versos compostos na tipografia de curta duração instalada durante seu governo. Rita Joana de Souza (1696-1718), pernambucana de Olinda, deixou inéditos dois trabalhos – um de história e outro de filosofia – escritos quando tinha menos de 22 anos¹⁴⁷.

Virando as páginas, mudando a história...

Sabe-se que mesmo no século XIX, a precariedade dos centros educativos, a instrução primária de curta duração e má qualidade e o estado de ignorância em que as mulheres eram mantidas foram alvo de críticas de viajantes estrangeiros, vindos de países onde as diferenças de educação entre os gêneros quase não mais existia. A ênfase na vida doméstica e o escravismo só faziam agravar o “ritmo lento e pouco imaginativo no qual se desenrolava a vida das senhoras no Brasil”.¹⁴⁸ O inglês John Mawe, por exemplo, nelas acusava a falta de educação e de recursos de espírito além dos conhecimentos superficiais. Segundo o mesmo observador, ocupavam-se de trabalhos leves que nada tinham a ver com o que se aprendia na escola. Ao contrário, a instrução poderia colocar em risco o esquema de controle sobre esposas e filhas cujo apetite intelectual deixava a desejar; não deveriam dedicar-se à leitura, nem precisavam escrever porque “poderiam fazer mau uso da arte”. Lindley tampouco as via ler: “poucas mulheres podem ler”, anotava, taxativo. Elizabeth Agassiz, confirmou que no Norte Amazônica, elas deixavam escoar uma existência fanada, “sem livros, nem cultura de qualquer espécie”. Um naturalista americano, Herbert H. Smith, anotou que na segunda metade do século Dezenove, pais sensatos reclamavam da falta de educação de suas filhas. Tais críticas, contudo, não elucidam se nossas avós já sabiam ler ou não. É muito provável que não tivessem um padrão de educação ideal, tal como já existia na Europa ou nos Estados Unidos, com múltiplas disciplinas e sem diferenças quanto à educação que era dada aos homens.

147 - Sobre essas autoras ver Maria Lúcia Mott, *Submissão e resistência – a mulher na luta contra a escravidão*, São Paulo, Contexto, 1988, p.56.

148 - A imagem é de Tânia Quintaneiro, autora de *Retratos de mulher – o cotidiano feminino no Brasil sob o olhar de viajantes do século XIX*, Petrópolis, Vozes, 1995, p.95, a quem empresto as informações a seguir.

Mas nada, contudo, as impedia de saber ler. As escolas para meninas de elite começavam a multiplicar-se. Em 1814, anúncios na *Gazeta do Rio*, indicavam a presença de professores particulares que as ensinavam “ler, escrever e contar”. De passagem por Recife, o francês Tollenare observou que os preconceitos sobre a educação feminina começavam a diminuir. Abertas para as influências européias – leia-se, as modas e os modismos – as jovens educadas por freiras não se contentavam mais em aprender só “a costurar e a ler”.¹⁴⁹ No Rio de Janeiro, livros eram oferecidos em lojas nas quais também, comerciava-se toda a sorte de quinquilharias: cartas de jogar, cera da Índia, tinta de escrever, estampas e desenhos, lustres, encerados e tapetes, vidros da Boêmia, imagens sacras e móveis europeus. Eram livros de pintura, de viagens, atlas, dicionários históricos, geográficos e mitológicos junto com xales, leques e objetos de prata.¹⁵⁰ É de se imaginar que as compradoras de tais artigos tão femininos, acabassem por manuseá-los. O número 13 da *Gazeta do Rio de Janeiro*, anunciava por sua vez um produto irresistível: leitoras interessadas em magia poderiam achar livros sobre a matéria “na loja da Gazeta”. Entre outros, a *Defesa de Cecília Faragó acusada de feiticeira* por 1\$280, o *Breve Tratado sobre as ações do Demônio*, por 1\$280, a *História das Imaginações Extravagantes de Onfle*, o célebre mago francês por 2\$400.

De passagem pelo Brasil em 1822, a inglesa Maria Graham pode travar contato com uma dessas discretas mulheres leitoras. Uma delas, a jovem Dona Carlota, filha, filha do poderoso Brás Carneiro Leão e de Dona Ana Francisca Maciel da Costa, baronesa de São Salvador de Campos de Goitacases, especial por “seu talento e cultura acima de suas companheiras”, levou a viajante a conhecer a biblioteca do desembargador da Relação do Rio de Janeiro, composta por livros de direito, história e literatura geral, principalmente inglesa e francesa. “Travei conhecimento – conta-nos a viajante – com diversos autores portugueses e Dona Carlota, que lê admiravelmente bem, fez-me o favor de ler alguns dos mais belos versos de Dinís e emprestar-me suas obras”.¹⁵¹ Referia-se a Antônio Dinís da Cruz e Silva. Outras mulheres que lhe chamaram atenção foram a esposa do ministro da Fazenda Manuel Jacinto, “*the most pleasant woman*”, e a Marquesa de Aguiar, considerada “bem educada, para

149 - Louis-François de Tollenare, *Notes dominicales prises pendant un voyage...au Brésil en 1816, 1817 et 1818*, Paris, PUF, 1972 Tomo II, p.452

150 - Cf. Maria Beatriz Nizza da Silva, *Cultura no Brasil colonial*, Petrópolis, Vozes, 1991., p.151.

151 - Maria Graham, *Diário de uma viagem ao Brasil*, São Paulo, Brasiliense, Editora S/A, 1956, p.259.

uma portuguesa”. A biblioteca de José Bonifácio, “provida de livros em todas as línguas”¹⁵², impressionou-a vivamente e com a imperatriz Dona Leopoldina, no dia dos anos de D. Pedro, diz ter conversado “um bom pedaço [...] sobre autores ingleses e especialmente acerca das novelas escocesas”.¹⁵³ Embora possuidora de uma imensa biblioteca com obras de naturalistas e relatórios de viajantes, D. Teresa Cristina era mesmo ávida consumidora dos romances de José de Alencar¹⁵⁴. As mulheres da família imperial, liam e gostavam de livros. A jovem D. Francisca, em viagem à França em companhia de seu recém-esposo, o príncipe de Joinville, deliciando-se com as aventuras de D. Quixote, confessava à Baronesa de Langsdorff: “- Gosto muito de ler, a senhora vê? Em São Cristovão eu lia também”.¹⁵⁵

As novelas eram o grande sucesso, não apenas entre as mulheres da família imperial, mas entre outras leitoras.; novelas de “grande merecimento”, “acabadas de sair à luz”, mui galantes e divertidas” eram anunciadas por catálogos ou em anúncios de jornais. Marlise Meyer informa que a partir de 1816 “pode-se falar em explosão de novelas”¹⁵⁶ entre nós. Narradas por autores, na sua grande maioria, anônimos, nelas, cruzavam-se “histórias” várias, sicilianas, inglesas, turcas, napolitanas, de ilustres aventureiros ou misteriosos desconhecidos. Virtudes e desgraças mil. Esposos que não o eram, órfãos perdidos ou abandonados, Joaninhas e Susaninhas, condessas, Anas de ..., salteadores, cavernas, subterrâneas, ruínas, capelas permitiam evocar o famoso romance “negro” inglês [...] e muitíssimos títulos recorrentes, em edições várias: *Sinclair das Ilhas, Amanda e Oscar e Celestina, ou Os esposos sem o serem*.¹⁵⁷ Que leitora não gostaria desses envolventes assuntos?

Em 26 de setembro de 1843 um anúncio do *Jornal do Comércio* dá o toque da presença da verdadeira novidade do momento, anunciador da erupção prestes a sacudir a imprensa cabocla: “quem tiver a obra *Mystères de Paris*, por Eugène Sue, e quiser vendê-la, dirija-se à rua do Ouvidor, 87, loja de Mongie”. Segundo Meyer, o folhetim, em volume, em fran-

152 - Idem, p.341.

153 - Idem, p.359

154 - Agradeço ao prof. Pedro Tórtima do IHGB, as informações sobre a biblioteca da imperatriz D. Teresa Cristina.

155 - *Diário da Baronesa E. de Langsdorff, relatando sua viagem ao Brasil...* Florianópolis, Mulheres – EDUNISC, 199, p.246.

156 - Marlise Meyer, *Folhetim*, p.28.

157 - Idem, p.29.

cês, já devia estar em franca circulação no Brasil. Enquanto isso, a Casa do Livro Azul, anunciava no começo do ano de 1844, a prata da casa:

“O filho do pescador: Novela feita para o entretenimento de uma moça bonita, cuja ação se passa no Rio, no lugar chamado Copacabana, composta por A. Teixeira”¹⁵⁸

Entre 1839 e 1842 os folhetins-romance são praticamente cotidianos no Jornal do Comércio. Devorados pelas mulheres, o assunto era até frutos de comentário em jornais outros. É o caso, por exemplo, de A Vida Fluminense referindo-se “as leitoras do herói Rocambole”¹⁵⁹. O fato é confirmado por Machado de Assis que registrou: “é a curiosidade das filhas de família que lêem todos os dias o folhetim do Jornal do Comércio, cada qual mais doida para chegar ao fim da história. E a curiosidade de uma mulher é como uma mariposa ao redor da luz: não descansa enquanto não se satisfaz”.¹⁶⁰

Segundo Tânia Quintaneiro,¹⁶¹ em algo a educação feminina e o hábito da leitura deve ter melhorado nos anos trinta, pois então viajantes já falam na existência de “internatos para moças dirigidos segundo os mesmos princípios dos seus similares na Inglaterra”. No Rio de Janeiro, capital e a maior cidade do Império, a rede escolar compreendia, na década de 60, quarenta e seis escolas primárias para ambos os sexos. Havia, também escolas particulares que disputavam com governantas estrangeiras a educação das meninas brasileiras pertencentes às famílias de posses, como a já citada Dona Carlota. Em 1855, Miss Donovan, Mme. Choulet, Matilde Keating e Mme. Halbout instruíam-nas em casa até os dezessete ou dezoito anos; outros pais, preferiam mandá-las para o exterior. Ordens religiosas instaladas no Brasil em diversas capitais também recebiam, sob o regime de internato, um grande número de jovens de várias partes da província.

Vontade de aprender não lhes faltava. Elizabeth Agassiz comentou entusiasmada que quando, nos finais dos anos 60, franqueou-se às mulheres “o ensino popular”, ensino que “admitia livremente todos quantos queiram escutar e aprender”, houve uma resposta imediata das

158 - Idem, p.282.

159 - Idem, p.290.

160 - Idem, p.291.

161 - Op.cit., p.170.

interessadas. Orgulhosa, ela explica: “a princípio a presença de senhoras foi julgada impossível, como sendo demasiada inovação nos hábitos nacionais; mas esse preconceito foi logo vencido e as portas se abriram para todos, à moda da Nova Inglaterra”. Este fato, segundo Quintaneiro, foi igualmente registrado nas memórias de uma intelectual feminista norte americana, que insta a que as mulheres “que desejam o bem para seu próprio sexo” não esqueçam da insistência com que o cientista (Agassiz) solicitou ao Imperador a permissão para que as damas pudessem assistir à palestra. Segundo ela, abria-se, tardia mas finalmente para as mulheres sul-americanas “o sagrado domínio da ciência”.¹⁶²

E o que seguiam lendo? Orientadas por maridos e confessores, os tradicionais livros de oração, tratados morais que pareciam a Elizabeth Agassiz cheios de “banalidades sentimentais e frases feitas”. Mas não só. Nossas irmãs do passado já devoravam os romancistas franceses de Balzac, Eugène Sue, Dumas, pai e filho, George Sand. Liam também as já mencionadas “intrigas em pacotilhas e folhetins de jornais”, criticados por um viajante mais severo, não levando em conta, que foram tais leituras que criaram um público feminino para o romance, na Europa¹⁶³. Como bem diz Roger Chartier, lá “o romance foi lido e relido, memorizado, citado e recitado. Os leitores eram tomados pelos textos que liam; eles viviam o texto, identificando-se com os personagens e com a trama. Toda a sua sensibilidade estava engajada nesta nova forma de leitura intensiva. Leitores, (que eram freqüentemente mulheres) eram incapazes de controlar suas emoções e suas lágrimas”¹⁶⁴. Isso certamente aconteceu quando as leitoras tiveram acesso, em 1844, à tradução portuguesa de *Os miseráveis* de Victor Hugo ou de *A moreninha* de Joaquim Manuel de Macedo à venda na inaugurada Livraria Garnier (1854) livraria que chegava a instituir até rifas para incrementar a leitura. Veja-se, por exemplo, o trecho abaixo de um romance-folhetim de época em que a personagem identifica-se com o conteúdo de suas leituras. A história é simples: D. Rita, viúva de posses modestas, sonha com um marido rico para a filha, e sofre de enxaquecas. Nesses dias,

“proibia que lhe falasse, gritava com a filha que deleitava-se com romances cortados em tiras sujas e encardidas de rodapés [...] Júlia levantava-se tarde; sentia

162 - Apud Quintaneiro, op.cit., p.171.

163 - Cf. Ian White, A ascensão do romance VER

164 - “As revoluções da leitura no Ocidente”, in *Leitura, História e História da Leitura*, org. Márcia Abreu, São Paulo, Campinas, ALB, Fapesp, Mercado das Letras, 2000, pp.19-31, p.25.

*um prazer vago em estar sempre deitada e, com os folhetins debaixo do travesseiro, lia sempre antes de levantar-se; identificava-se naquela leitura, tinha interesse nas mortes dos personagens, tornava-se cúmplice nos assassinatos e nos adultérios; sentia-se apaixonada e com desejos de fazer o mesmo {...} a tarde, vinha para a janela, esperava a noite; o namorado passava e d. Rita sentada na sala de jantar não a via receber uma carta e falar debruçada [...] lia à noite a carta e, com expansões exageradas imitadas dos romances, sentia lágrimas, o coração apertava-se-lhe”.*¹⁶⁵

A mulher, explica Meyer, a “gentil leitora”, é o destinatário “natural” do romance. Repetiu-se no Brasil aquela “situação de leitura” a que se refere Roger Chartier, largamente representada na pintura pré-romântica, que multiplicou as “cenas de leitura feminina”, sendo típica aquela que mostra uma mulher jovem, recostada languidamente, livro no colo, olhos perdidos, envolvida pelos efeitos emocionais da leitura romanesca¹⁶⁶.

Gilberto Freyre¹⁶⁷ lembra que, no Nordeste, contra as senhoras afrancesadas da primeira metade do século XIX que liam romancescezinhas inocentes, o Padre Lopes Gama bradava como se elas fossem pecadoras terríveis. Para o padre-mestre, a boa mãe de família não devia preocupar-se se não com a administração de sua casa. “O que estraga os costumes, o que perverte a moral é, por exemplo, a leitura de tanta novela corruptora, onde se ensina a filha a iludir a vigilância de seus pais para gozar de seu amante, à esposa a bigodear o esposo etc. etc. O que corrompe horivelmente os costumes é a leitura dos folhetinhos, como o *Citador*, a carta apócrifa de Tayllerand ao papa, as *Liras* de José Anastácio e a praga de quadros com moças nuas, de *Vênus* saindo do banho, de *Vênus* e *Adonis* etc. etc., que todos os dias se despacham nas nossas alfândegas”¹⁶⁸

Comentando as mudanças de costumes na passagem do patriarcado rural para o urbano na mesma região, Freyre sublinha as consequências de tais leituras entre as jovens: “Bem dizia em 1885 D. Ana Ribeiro de Góis Bettencourt, ilustre colaboradora baiana do *Almanaque de lembranças Luso-Brasileiro*, alarmada com as tendências românticas das novas gerações – principalmente com as meninas fugindo de casa com os namorados – que convinha aos pais evitar as más influências junto

165 - Idem, p.295.

166 - Idem, p.379.

167 - Cf. *Sobrados & Mucambos, decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1981 (Sexta edição), 1.tomo, p.109.

168 - *O carapuceiro.org*, Evaldo Cabral de Melo, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p.347.

às pobres mocinhas. O mau teatro. Os maus romances. As más leituras. Os romances de José de Alencar, por exemplo, com “certas cenas um pouco desnudadas” e “certos perfis de mulheres altivas e caprichosas [...] que podem seduzir a uma jovem inexperiente, levando-a a querer imitar esses tipos inconvenientes na vida real”. Romances ainda mais dissolutos estavam aparecendo; autores ainda mais perigosos escrevendo livros, chegando alguns até a pretender que “a união dos sexos promovida somente pelo amor seja tão santa e pura como a que a religião e a sociedade consagra”. E ainda mais, santo Deus! a “desculparem o adultério da mulher!”. Contra o que D. Ana Ribeiro recomendava os romances de Escrich e os que ela própria escrevera: *A Filha de Jehte* e o *Anjo do Perdão*.¹⁶⁹

A queixa de alguns viajante, como a formulada por Elizabeth Agassiz, ao manifestar seu desapontamento face à ausência de livros nas casas brasileiras, não significa que as mulheres não lessem. Não espantou-se Maria Graham ao ser apresentada “a uma vulgar *bas bleu* da terra, na pessoa de Dona Maria Clara; lê bastante, - anotou a viajante - especialmente filosofia e política [...] Faz circular as novidades literárias”¹⁷⁰.

Dona Maria Clara, uma exceção? Nem tanto. Na província acanhada de Rio Grande de São Pedro, às vésperas da Independência, Delfina Benigna da Cunha (1791-1857), publicava em 1834 um livro: “*Poesias dedicadas às senhoras rio-grandenses*”¹⁷¹. Embora as opções de trabalho para o sexo feminino fossem pequenas, senhoras ofereciam-se, em jornais como *O mensageiro*, para alfabetizar crianças. Outras, engajadas na luta entre governo e farroupilhas, defendiam o Império como jornalistas, caso, por exemplo, de Maria Josefa Barreto que fustigou os inimigos do governo num jornal por ela fundado: *Belona irada contra os partidários de Momó*. Em 1837, Ana Eurídice Eufrosina de Barandas publicava *O Ramalhete ou Flores escolhidas no jardim da Imaginação*, e num texto aí incluído, discutia o papel das mulheres na tensão política que rasgava os pampas. O texto de Ana Barandas, surpreende pela veemência na defesa da participação política feminina, em sua vertente mais radical, assim como na denúncia da opressão masculina como causadora dos “defeitos da mulher”.

169 - Cf. op. cit. P.133.

170 - Apud Quintaneiro, op.cit. p.175.

171 - Empréstimo todas as informações desse parágrafo a Pedro Maia Soares, autor de “Feminismo no Rio Grande do Sul”, in *Vivência - história, sexualidade e imagens femininas*, org. Maria Cristina Bruschini e Fúlvia Rosemberg, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, Brasiliense, 1980, pp.121-150,

A fundação de *O Jornal das Senhoras* em 1852, em muito pode ter colaborado para a leitura de informações úteis e editoriais em torno de outros assuntos que começavam a despertar a atenção das mulheres. Atenção, mas também, ação. Muitas, já letradas ou formadas por Escolas Normais, iam participar diretamente da vida do país, colaborando ou escrevendo na imprensa. Esse foi o caso de Ana Aurora do Amaral Lisboa, abolicionista, republicana e federalista gaúcha, inflamada redatora da *Reforma*, jornal que fazia oposição a Júlio de Castilho. Ou de Andradina América Andrada de Oliveira, feminista, autora do livro de contos *Preludiando* e editora do jornal *Escrínio*, editado em Bagé, depois em Santa Maria durante nove anos consecutivos.

Em *Divórcio?*, obra na qual Andradina apontava a opressão das mulheres através dos tempos, a autora reuniu várias cartas em que esposas e maridos contavam seus infortúnios no casamento, acrescentando-lhes duas cartas em que fazia o elogio do feminismo, capaz de abrir os olhos do sexo então considerado frágil. Entre os finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX multiplicam-se escritoras e textos de autoria feminina. Segundo Pedro Maia Soares¹⁷², romantismo adolescente, poesia de circunstância, parnasianismo escolar, textos sentimentais de suposta sensibilidade feminina enchiam as páginas dos jornaizinhos literários dirigidos por mulheres.

No Rio Grande Sul, destacavam-se *Violeta* (1878) em Rio Grande, dirigido por Julieta de Melo Monteiro; *Saudade* (1880), em Jaguarão, de Maria Amália F.C.; *A Grinalda* (1896), em Porto Alegre de Maria da Cunha; *O Orvalho*, em Livramento, de Alaíde Ulrich e Matilde Ulrich Filha; *A Pena* (1909) em Santa Maria, de Regina Lobato, entre outros.

O mais importante deles foi o *Corymbo*, caixa de ressonância do feminismo brasileiro, editado pelas irmãs Revocata Heloísa de Melo e Julieta de Melo Monteiro. Sua longevidade fez história: sessenta anos, (1884-1860) com diversa periodicidade mas sem interrupções. Ênfase na educação feminina, independência da mulher pelo trabalho, preocupações progressistas pelas classes trabalhadoras, valorização das “caídas”, ou seja, das desvirginadas, inquietação frente à I Guerra Mundial, o direito ao voto, elogios a *sufrajettes* e anarquistas são algumas das muitas teclas nas quais batiam seus editoriais e artigos.¹⁷³

172 - Pedro Maia Soares, op.cit., p.145.

173 - Idem, p.149.

O Rio de Janeiro, a partir de meados do século XIX, assistiu também ao surgimento de uma infinidade de jornais e revistas dedicados à mulher e a família¹⁷⁴. Este tipo de imprensa, dividiu com a leitura de romances e folhetins a esfera privada e íntima na qual vivia maior parte do público feminino. Alguns desses periódicos tentaram estabelecer um diálogo com as leitoras, abrindo suas colunas à participação destas. É o caso de *Iracema*, periódico literário e recreativo dedicado ao belo sexo e publicado a partir de 1902. No artigo intitulado “Conversa com as Moças”, explicita seu programa:

“Caras leitoras, [...] Não viemos aqui para sermos jornalistas, mas sim, um fim mais nobre temos em mente, cultivar as letras e a inteligência [...] Demos o título *Iracema* por ser dedicado a vós [...] As nossas colunas acham-se à vossa disposição e esperamos que vós não as recusareis, honrando-nos com a vossa presença”.

O *Correio das Modas*, em 1839, o *Espelho Fluminense*, em 1843, o *Recreio do Bello Sexo*, em 1856, a *Biblioteca das Famílias*, em 1874, O *Beijo*, em 1900, o *Jornal das Senhoras*, em 1904, embora redigidos por homens, estavam abertos à participação das leitoras. Em seu primeiro número, o *Sexo Feminino*, semanário fundado em 1873 por Francisca Senhorinha da Motta Diniz em Campanha da Princesa e transferido em 1875 para o Rio de Janeiro, afirmava:

“O século XIX, século das Luzes, não se fundará sem que os homens se convençam de que mais da metade dos males que os oprimem é devido ao descuido que eles têm tido na educação das mulheres, e ao falso suposto de pensarem que a mulher não passa de um “traste da casa” [...] Em vez de os pais de família mandarem ensinar suas filhas a coser, engomar, lavar, cozinhar, varrer a casa, etc., etc., mandem-lhes ensinar a ler, escrever, contra, gramática da língua nacional...”

A educação feminina é ainda tema de outro periódico, denominado *A Família*, jornal literário dedicado à educação da mãe de família, fundado em São Paulo em 1888 por Josephina Álvarez de Azevedo e transferido para o Rio um ano mais tarde. Em seu número-programa D. Josephina critica a falta de um ideal mais nobre que servisse de base à educação até então destinada às mulheres:

174 - Emprestei todas as informações desse parágrafo ao artigo de Maria Fernanda Bicalho, “O Bello Sexo: imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX” in *Rebelião e submissão*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas/ Vértice, 1989, pp.79-99, p.83.

“Tenhamos este princípio por base, que só ele é verdadeiro. Entrenós fala-se muito da educação da mulher, mas tudo sem discernimento. Referem-se a uma espécie de polimento de espada que não se destina a ferir, senão a brilhar ingloriosamente. E em que consiste essa tão decantada educação? No seguinte: saber mal o português, a aritmética, o francês, o canto e o desenho, e muito mal arrumar a casa. [...] O caso é que tal decantada educação não nos adianta se nós não tivermos um ideal mais nobre! Aquela que consegue romper este acanhado círculo de ferro em que agimos, e pelo estudo e sabedoria chega ao conhecimento das coisas, essa só consegue uma coisa: envolver-se em uma atmosfera de descrença e de tédio, em um meio em que a sua individualidade, que ela mal começa a discernir, não tem objetivo digno de si”.

Como diz Maria Fernanda Bicalho, o século XIX, século das Luzes na visão da imprensa feminina, marca o início de uma nova era na qual os povos do mundo inteiro se libertam dos grilhões do passado, lutando por sua afirmação enquanto sociedades civilizadas. Nitidamente influenciadas pelos ideais de liberdade que se alastraram pelos países ocidentais nesse período, os jornais femininos relacionam ainda a emancipação da mulher e o reconhecimento de seus direitos – base da igualdade entre sexos – com a conquista da civilização e do progresso. Civilização e progresso não são, no entanto, apanágios exclusivos das sociedades européias. O Brasil recém-integrado, pela conquista de sua independência política, no conjunto das nações soberanas, devia compartilhar com eles desses atributos.¹⁷⁵

Um céu de estrelas: a constelação de escritoras brasileiras

O estado do Rio de Janeiro foi, também, berço e palco de atuação de Narcisa Amália de Campos¹⁷⁶. Nascida em São João da Barra,

¹⁷⁵ - Idem, p.89.

¹⁷⁶ - Cf. “Escritoras, escritas, escrituras”, in *História das mulheres no Brasil* (org.) Mary Del Priore, São Paulo, Contexto, Unesp, 1998, pp.401-432, p.420. Empréstimo a esse artigo as informações a seguir.

casou-se duas vezes, tendo abandonado ambos os maridos, um artista de circo e um padeiro. Em 1870 publicou a coletânea de poemas *Nebulosas*, passando a escrever para jornais como *O Rezedense*, *Diário Mercantil de São Paulo*, *A Família e Garatuja*. Tal como outros intelectuais de sua geração, Narcisa Amália guiava-se por idéias francesas inspiradas em Victor Hugo, colocando sua pena à serviço da democracia e do progresso, da modernização da nação e do nível cultural e econômico da população:

*“Cantando o belo ideal, pode ainda
iniciar o povo nos mistérios da religião da Igualdade e
preparar assim as gerações por vir para a doce comunhão
do prazer e da dor, do trabalho e da instrução, porque
sem a instrução popular a democracia jamais passará de
uma dourada quimera”.*

Outra notável carioca, foi Júlia Lopes de Almeida (1862-1934). Convidada a fazer parte do corpo de redatores de *A Semana*, conviveu com literatos como Olavo Bilac, Artur Azevedo e Filinto de Almeida, mais tarde seu marido. Escreveu por mais de trinta anos em vários periódicos e, por mais de trinta anos, no jornal *O Paiz*. Engajou-se em campanhas pela defesa da cidade, a educação da mulher, o divórcio, a Abolição e a República. Interferiu e participou em projetos urbanas, lutando por um Rio de Janeiro mais humano, espécie de jardim florido, tendo ao centro instalado um mercado das Flores. Seu modelo feminino era o da Nova Mulher: a capaz de ser companheira e organizadora, mãe e esposa. Em seus romances, Júlia trata dos costumes e do cotidiano, dos palácios e cortiços da Belle Époque. Escreveu *A Falência*, *Correio da Roça*, *A Família Medeiros*, *Memórias de Marta*, *Cruel Amor*, além de contos e peças de teatro. Ganhou dinheiro graças a sua pena, deixando obras duradouras, muitas delas com reedição, nas quais desfilam temas que apaixonavam a leitura das mulheres de seu tempo.¹⁷⁷

Na Bahia, os jornais *O Monitor* e *Eco Santamarense*, serviram de suporte para textos de Amélia Rodrigues protestando contra o envio de escravos à Guerra do Paraguai para substituir filhos de senhores.

177 - As informações sobre Júlia Lopes de Almeida extraídas do artigo de Norma Telles, *op.cit.*, pp. 435-9

Na mesma época, outra mulher se destacava no mundo das letras: Ana Ribeiro, escritora de romances e folhetins, cenário de uma vida harmoniosa, bem diferente da descrita por sua coetânea, nos engenhos do Recôncavo.¹⁷⁸ Seus livros *Longos serões do campo* e *O anjo do perdão* ora refletem um discurso paternalista em relação à escravidão, ora destacam os horrores do tráfico e da vida em cativeiro; malgrado os vínculos de classe que a impedem de escapar aos modelos pré-estabelecidos sobre a escravidão, ela foi, contudo, capaz de reconhecer a participação da cultura negra na formação da sociedade brasileira.¹⁷⁹

Em Pernambuco, a atividade intelectual, como bem diz Luzilá Ferreira¹⁸⁰, serviu como ação individual em prol da Abolição. Várias mulheres publicavam artigos e poemas, como o fizeram Ana Alexandrina Cavalcanti de Albuquerque ou Inês Pessoa, ou militavam pela causa através de folhetos como foi o caso de Maria Augusta Generoso Estrela ou Jovelina de Oliveira, irmã da jornalista Josefa Águeda, a redatora do jornal *A Mulher*. Segunda a mesma autora, duas mulheres outras que fizeram de sua pena um instrumento foram as professoras Inês de Almeida Pessoa e Maria Amélia de Queiróz. A primeira, participou nas lutas anti-monarquistas e colaborou em folhas importantes de Recife, além de fundar o periódico *A Cidadã*. Autora de *Penumbras*, Inês escreveu vários artigos sobre os horrores da escravidão, lançando mão de imagens associando a escravidão a uma praga e maldição. Por sua vez, Maria Amélia de Queiróz foi uma batalhadora polêmica e conferencista renomada. Colega de Joaquim Nabuco e José Mariano usava os jornais para lutar pela alfabetização e profissionalização de escravos e libertos.

No Rio Grande do Norte, mais especificamente na pequena cidade de Papari, floresceu um dos maiores talentos literários brasileiros: Dionísia Faria Rocha, mais conhecida por seu pseudônimo, Nísia Floresta Brasileira Augusta. Casou-se aos treze anos, em 1823, e deixou o marido no ano seguinte, quando o pai fugiu para Recife devido à perseguições políticas. Tendo largado o marido – quem nos conta é Norma Telles¹⁸¹ – foi repudiada pela família com exceção da mãe que manteve-lhe o apoio. Assassinado, em 1828, seu pai, Nísia passa a sustentar a mãe e

178 - Cf. Ivya Alves, "Escritora Baiana e a Abolição", in *Suares Amazonas: mulheres e abolição da escravidão no Nordeste*, (org.) Luzilá Gonçalves Ferreira, Recife, Editora Universitária UFPE, 1999, pp.17-40.

179 - Cf. Nancy Rita Vieira Fontes, "A escritora Anna Ribeiro e a escravidão" in *Suares Amazonas*, op.cit., pp.111-122.

180 - Cf. A luta das mulheres pernambucanas, in *Suares Amazonas*, op.cit., 41-110.

181 - Cf. "Escritoras, escritas, escrituras", in op.cit., p.405.

três irmãos. Estava com vinte anos quando tornou-se professora num colégio. Em 1832, dois acontecimentos importantes: casa-se com o advogado e acadêmico, Augusto de Faria Rocha e publica *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*. A família, pois já tinha, então, uma filha, muda-se, em busca de melhores oportunidades, para o Rio Grande do Sul. No ano de 1838 morre-lhe o marido e, viúva e com filhos, Nísia transfere-se para o Rio de Janeiro onde funda o colégio Augusto.

Na capital escreve artigos para jornais, mas suas idéias abolicionistas e republicanas causavam enorme polêmica. Em seu livro, Nísia emprestara à inglesa Mary Wollstonecraft idéias para enfrentar os preconceitos da sociedade patriarcal. Em seu entender, a situação de ignorância em que se mantinham as mulheres era a responsável pelas inúmeras dificuldades que essas enfrentavam, além de ser uma armadilha: “como não tem instrução não está apta a participar da vida pública, e não recebe instrução porque não participa dela”, denunciava. Nesse primeiro livro, informa-nos Telles¹⁸², assim como nos posteriores como *Conselhos à minha filha* (1842), assim como nos escritos publicados na Europa, sua primeira preocupação é com a educação das mulheres; acreditava que apenas o ensino seria capaz de mudar-lhes a consciência e a vida material. Ela faleceu na França, em 1885, aos setenta e cinco anos, depois de muito ter viajado e conhecido intelectuais do porte de Auguste Conte e Alexandre Herculano.

Nascida em São Luís do Maranhão em 1825, a professora Maria Firmina dos Reis, filha ilegítima de família pobre e analfabeta, publicou em 1859 o que é considerado o primeiro romance de uma autora brasileira: *Úrsula*. Novela de amor entre a jovem que dá título ao livro e um bacharel de direito, sob o pano de fundo da vida e dos costumes de escravos e da perseguição do vilão, o tio da heroína. Descrevendo-se em 1863 como “de uma compleição débil, e acanhada”, dizia-se “uma criatura frágil, tímida e por consequência melancólica. Uma espécie de educação freirática, veio dar remate a estas disposições naturais. Encerrada na casa materna, eu só conhecia o céu, as estrelas e as flores que minha avó plantava com esmero”, registrou num caderno de reminiscências.

Maria Firmina dos Reis participou, segundo Telles, da vida intelectual maranhense colaborando na imprensa local, publicando livros, participando

182 - *Idem*, p.406.

de antologias. Foi também música e compositora, tendo musicado os *Versos da garrafa*, atribuídos a Gonçalves Dias e, como abolicionista, um *Hino da Abolição dos Escravos*. Morreu cega e pobre, aos 92 anos.¹⁸³

Em São Paulo, quem nos informa é sempre Norma Telles, a revista *Mensageira*, da escritora Prisciliana Duarte de Almeida, surge no final do século em 1887 e é publicada ininterruptamente até 1900. Esse periódico tinha por objetivo, segundo sua editora, levar idéias novas ao lar, e ao mesmo tempo estabelecer entre as brasileiras a comunhão de idéias comuns. Misto de jornal e revista literária, *A mensageira* noticiava em todos os seus números os livros publicados por mulheres no Brasil e no estrangeiro. Resumia conferências ou notícias profissionais ademais de publicar informações sobre inglesas, polacas, francesas, suecas até sobre “a mulher na China”. Mas as paulistas e as imigrantes recém-chegadas para integrar o trabalho feminino na indústria têxtil, na capital, não pouparam sua participação em outro tipo de imprensa: a anarquista. Jornais como *A Terra Livre*, *A Lanterna*, *A Plebe*, *A Voz do Trabalhador*, dentre outros serviram de suporte para que feministas militantes redigissem artigos sobre a emancipação feminina, conclamando as companheiras a participar de comícios, agitações populares e greves¹⁸⁴. Muitas liam e discutiam sobre os textos libertários de Emma Goldmann e comentavam os acontecimentos políticos nacionais e internacionais. Mulheres como Matilde Magrassi Isabel Cerruti, Josefina Stefani, Maria Antônia e Maria Angelina Soares, Maria de Oliveira, Tibi e Teresa Fabri eram não apenas escritoras, mas organizavam tertúlias nos centros de cultura social, divulgando as idéias anarquistas.

Nesse quadro merece destaque Patrícia Galvão, a Pagu, musa dos movimentos intelectuais dos anos 20 e porta voz da crítica aos valores do mundo burguês. Seu romance *Parque Industrial* foi não apenas um libelo contra as desigualdades sociais como um grito em favor da modernização dos valores femininos e da igualdades entre os gêneros. Como explica a historiadora Margareth Rago, as idéias das mulheres anarquistas ficaram mais conhecidas em décadas recentes, especialmente a partir da atuação e das publicações de Maria Lacerda de Moura, uma anarquista e feminista de classe média, professora e escritora mineira,

183 - Norma Telles, op.cit., p.416-7.

184 - Aproveito aqui as idéias de Margareth Rago, em seu artigo “Trabalho feminino e sexualidade” in *História das Mulheres no Brasil*, op.cit., pp.578-605.

ativista política radical, redescoberta pela historiografia dos anos 80¹⁸⁵. Nascida em 1877, Maria Lacerda escreveu livros polêmicos como *A mulher é uma degenerada?* (1924), *Religião do Amor e da Beleza* (1926), *Amai e não vos multipliqueis* (1932), *Hans Ryner e o amor plural* (1933), entre outros; publicou também a revista *Renascença* em 1932, e fez inúmeras palestras nos meios intelectuais e nos círculos operários da época. Ainda segundo Rago, Maria Lacerda foi uma das raras pontes entre o mundo operário e o mundo das elites intelectuais e artísticas do país. Raramente os escritores modernistas se referiam ao universo das fábricas, onde as mulheres constituíam uma parcela importante do contingente de trabalhadores. Mesmo Pagu, que focalizou com maior insistência os grupos militantes comunistas, parece não ter levado em conta as anarquistas. Divergindo das feministas liberais e especialmente de Bertha Lutz, com quem chegou a militar, Maria Lacerda fundou a Federação Internacional Feminina, em 1921, com grupos de São Paulo e de Santos. Sua meta era “canalizar todas as energias femininas dispersas, no sentido da cultura filosófica, sociológica, psicológica ética, estética – para o advento da sociedade melhor”

Esclarecida, Maria Lacerda também parece ter sido das poucas mulheres que contestaram publicamente as concepções médicas a respeito da sexualidade e da constituição física feminina. Aliás, informamos Rago, as pesquisas realizadas até o presente revelam que poucas escritoras trataram de temas considerados como masculinos, como os da sexualidade. É o caso de Laura Villares e Ercília Nogueira Cobra que abordaram “assuntos malditos” como o prazer sexual, o adultério e a prostituição. Defendendo o amor livre e plural para ambos os sexos, Maria Lacerda escreveu:

“A ciência costuma afirmar que a mulher é uma doente periódica, que a mulher é útero. Afirma que o amor para o homem é apenas um acidente na vida e que o amor para a mulher, é toda a razão de ser de sua vida, e ela põe nessa dor o melhor de todas as suas energias e esgota o cálice de todas as suas amarguras, pois o amor é a consequência lógica, inevitável de sua fisiologia uterina. Há engano no exagero de tais afirmações. Ambos nasceram pelo amor e para o amor”.¹⁸⁶

185 - Idem, p.599.

186 - Idem, p.610.

No século XIX, bem resume Norma Telles¹⁸⁷, as mulheres escreveram e muito! Deixaram de ser consideradas seres inferiores ou bonecas, desmontaram a crença de que seus textos eram ninharias ou nulidades, fruto de sonhos ou devaneios. Desde os “cadernos goiabada”, nome carinhoso dado por Lígia Fagundes Telles aos cadernos onde escreviam pensamentos e estados d’alma, verdadeiros diários de juventude, até jornais, panfletos, romances e polêmicas. Como esquecer dos cadernos de inspiração de Ana Lisboa dos Guimarães Peixoto Bastos, nascida numa vetusta casa em Goiás Velho, em 1889? Casa, segundo Telles, descrita como assombrada em seus romances, casa a beira do rio Vermelho, onde se fez doceira, de onde emergiu escritora e desabrochou Cora Coralina: “Pobre, vestida de branco, voltei...”. Possuidora de um simples curso primário, Cora Coralina escrevia poesias desde os quatorze anos. Seu texto a consagrou levando-a a Academia Goiana de Letras, fazendo-a Intelectual do ano em 1984, premiando-a com troféus. Faleceu em 1984, na velha casa da ponte, cheia de alegrias pelos livros que deixava para trás.

As letras, os livros e todas as carreiras e trajetórias que daí decorrem foram árduas para as mulheres brasileiras. Hilda Hilst ainda, hoje, queixa-se de que a atividade de escrever requer muito esforço. Rachel Jardim, confessa em *Cheiros e ruídos* (1976) que demorou anos para descobrir-se como escritora e que colocava sua necessidade de criar, na casa e na comida. Em *Anarquistas graças a Deus* (1982), Zélia Gattai, pega-se pensando na reação de sua mãe ao ler o livro: “Que menina atrevida! O que não vão dizer!?”). Como bem conclui Norma Telles, essa conquista, essa luta fora travada desde Nísia Floresta por algumas mulheres que não colocaram em primeiro lugar “o que os outros vão dizer” e que tentaram se livrar da tirania do alfabeto, tendo que primeiro aprendê-lo para depois deslindar os mecanismos de dominação nele contido¹⁸⁸. “Antes – diz Lígia Fagundes Telles, em *As meninas* – a mulher era explicada pelos homens. Agora é a própria mulher que se desembrulha, se explica”.

De fato. O livro e a leitura, comprovam que a história da mulher brasileira não é só dela. E também a história de seus sentimentos, medos e amores. É a história das imagens que a projetam na literatura. E aquela de sua capacidade de traduzir a complexidade e a diversidade

187 - Norma Telles, “Escritoras, escritas, escrituras”, in op.cit., p.409.

188 - Op.cit., p.410.

de suas vivências e experiências em textos literários. O texto impresso assim como a história são um instrumento fundamental para enfocar as mulheres através das tensões e contradições que se estabeleceram em diferentes épocas, entre elas e seu tempo, entre elas e a sociedade em que estavam inseridas. Ao longo de quinhentos anos, nos domínios do público ou do privado, em todos os recônditos de sua existência material ou espiritual, livros e suas leitoras, escritoras e seus livros deram-se as mãos na ciranda da história.

O livro e a leitura, comprovam que a história da mulher brasileira não é só dela. E também a história de seus sentimentos, medos e amores. É a história das imagens que a projetam na literatura. E aquela de sua capacidade de traduzir a complexidade e a diversidade de suas vivências e experiências em textos literários.

O texto impresso assim como a história são um instrumento fundamental para enfocar as mulheres através das tensões e contradições que se estabeleceram em diferentes épocas, entre elas e seu tempo, entre elas e a sociedade em que estavam inseridas. Ao longo de quinhentos anos, nos domínios do público ou do privado, em todos os recônditos de sua existência material ou espiritual, livros e suas leitoras, escritoras e seus livros deram-se as mãos na ciranda da história. As letras, os livros e todas as carreiras e trajetórias que daí decorrem foram, todavia, árduas para as mulheres brasileiras.

Hilda Hilst ainda, hoje, queixa-se de que a atividade de escrever requer muito esforço. Em *Anarquistas graças a Deus* (1982), Zélia Gattai, pega-se pensando na reação de sua mãe ao ler o livro: “Que menina atrevida! O que não vão dizer!?”. Essa conquista, essa luta fora travada desde Nísia Floresta por algumas mulheres que não colocaram em primeiro lugar “o que os outros vão dizer” e que tentaram se livrar da tirania do alfabeto, tendo que primeiro aprendê-lo para depois deslindar os mecanismos de dominação nele contido. “Antes – diz Lúcia Fagundes Telles, em *As meninas* – a mulher era explicada pelos homens. Agora é a própria mulher que se desembrulha, se explica”.